

nologia, reformou a necessidade de realizar os duodécimos e reafirmou seu compromisso de defender sua autonomia. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a audiência, cuja ata vai assinada pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário. Auditorio Senador Nelson Carneiro, vinte e seis de março de dois mil e dezenove. (a) Deputado Waldeck Carneiro, Presidente; Marcelo Catarino Lima, Secretário mat. 201-591-5.

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ATA DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, com a presença dos Senhores Deputados Waldeck Carneiro, Presidente, Renan Ferreirinha, Vice-Presidente, Chicão Bulhões e Dani Monteiro, membros efetivos, e Flavio Serafini, suplente, reuniu-se a Comissão de Ciência e Tecnologia, em sua quarta Audiência Pública, com o seguinte tema: UEZO - Fundação Centro Universitário Estadual do Norte Fluminense: desafios e perspectivas (duodécimos, PL nº 274/19, sede, plano de cargos, entre outros). Compareceram à audiência a Magnífica Reitora da UEZO Prof. Maria Cristina De Assis; a Professora Luanda Morais, Vice-Reitora; o Professor Gilberto Araújo, Pro-Reitor de Pesquisa; os Senhores Eugenio Silva e Dilza Matos, representantes da ADUEZO (Associação de Docentes da UEZO); a Senhora Luana Peçanha Saldanha, representante do SINTUPERJ (Sindicato dos Trabalhadores em Universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro); a Senhora Monica Vieira, servidora; Yuri Borges, representante do DCE; a Professora Maria Isabel De Castro, Subsecretária de Ensino Superior, Pesquisa e Inovação da SECTI; o Professor Ricardo Lodi, Diretor da Faculdade de Direito da UERJ e o Professor Ricardo Mansur, ex-presidente do Conselho Estadual de Educação. Dando início aos trabalhos, o senhor Deputado WALDECK CARNEIRO registrou que a UEZO tem 15 anos desde sua fundação, assinalou o reconhecimento acadêmico e científico que possui e apontou algumas de suas demandas: a Universidade não possui seu próprio campus e funciona nas dependências da escola de formação de professores Sarah Kubitschek, tem valores salariais para os docentes inferiores ao que é pago às demais universidades estaduais, com mesma carga horária e titulação, inexistência de suporte técnico administrativo, despesas de custeio, como as outras universidades, tendo nascido daí a lei dos duodécimos. O Senhor Presidente criticou a mensagem do Poder Executivo propondo as mudanças no processo de escolha do reitor, fazendo ressalva ao bom começo nas tratativas com a Secretaria de Estado. Com a palavra, a Senhora Reitora Maria Cristina cumprimentou todos os presentes, elogiou a reativação da Comissão de Ciência da ALERJ, traçou um breve histórico da localidade de Campo Grande, jovem e densamente povoada, sua relevância no estado do Rio de Janeiro, sua intensa atividade comercial, suas desigualdades sociais, seus baixos índices IDH, pouca inovação na indústria, e pouca formação superior. A Reitora afirmou que 70 dos alunos são locais (provenientes da Zona Oeste), que tem como finalidade atender às demandas do parque industrial local, que possui cursos de graduação de produção de insumos biotecnológicos, gestão ambiental, farmácia, computação, tecnologia em análise de sistemas, metalurgia, construção naval, que tem 47 laboratórios, que todos os professores são doutores, possuem 3 programas de pós-graduação e pretende apresentar mais 2, que tem convênio com o FUNDEB com cursos lato sensu, falou dos baixos salários dos professores e que o plano de 2009 (Lei nº 5380/2009) não foi implementado, não houve evolução neste sentido. A Senhora Reitora afirmou precisar de 10 milhões para a progressão da Lei nº 5380/2009 (que trata da estruturação, quadro de pessoal e vencimentos) e comparou com os valores pagos pela UERJ, que são superiores. O Senhor Deputado Waldeck Carneiro registrou que os problemas principais são a questão do prédio e do plano de cargos, carreiras e salários. A Senhora Reitora afirmou que o Conselho Estadual de Educação cobra da UEZO um local definitivo, e também do Tribunal de Contas do Estado. Colocou também as questões da insalubridade, que faltam professores qualificados, técnicos, e concurso para seu preenchimento. afirmou que a UEZO possui equipamentos técnicos que precisam ser transferidos. Com a palavra o Senhor Deputado Flávio Serafini propôs realizar uma visita à UEZO e estudar junto à SEEDUC o desmembramento do campus, e complementando, o Senhor Deputado Waldeck Carneiro sugeriu a data de 15/04. Com a palavra, a Senhora Luanda, Vice-Reitora, cumprimentou a todos e afirmou estar esperançosa e otimista com os duodécimos. Com a palavra, a Senhora Deputada Dani Monteiro questionou o orçamento da Fundação. A Professora Dilza, representante da ADUEZO, ressaltou a defasagem salarial, além do fato de estar sem reajuste e sem progressão antes da recuperação fiscal. Registrou que a UEZO não tem dedicação exclusiva nem PCCS, que outras universidades têm. O Professor Eugenio, representante da ADUEZO fez uma estimativa de 2 milhões por ano para implementação do plano e progressão. A servidora Monica Vieira afirmou que a UEZO possui o menor dos salários entre as universidades e que estão há 9 anos com o mesmo salário. Com a palavra, a Senhora Luana Saldanha, representante do SINTUPERJ afirmou desejar dignidade e que a situação é desesperadora. O aluno Yuri, do DCE da UENF registrou que o campus é provisório, não possuem auditório, que a UEZO produz muito com muito pouco, falou do passe livre (apesar de ser lei, foi judicializado por algumas empresas). Com a palavra, o Prof. Mansur, ex-presidente do Conselho Estadual de Educação afirmou que é preciso solicitar um prazo para as normas serem cumpridas e isso deve ser encaminhado, e haver penalidade para o dono da instituição, que é o Estado, por não cumprir o prazo. Com a palavra, o Prof. Ricardo Lodi, Diretor da Faculdade de Direito da UERJ, agradeceu a todos a oportunidade, saudou a todos, afirmou que as universidades devem ser tratadas como parceiras; que a UERJ também está com problemas, sem certidão negativa, e que isso impede atos administrativos; que é preciso sustentar a autonomia universitária. afirmou ainda, que a autonomia já está definida na Constituição Estadual, em referência à Mensagem 274 do Poder Executivo, que fala em lista triplíce para escolha do Reitor. Com a palavra, a Subsecretária Maria Isabel registrou que a Mensagem precisa ser debatida, que não passou pela SECTI e preferiu que o Secretário Leo Rodrigues se manifeste sobre o assunto. O Senhor Deputado Waldeck Carneiro afirmou que vai solicitar ajuda com o Conselho Estadual de Educação para encaminhar junto ao Estado; afirmou também que é importante costurar emendas parlamentares com as bancadas federais do Estado do Rio de Janeiro, afirmou que a recuperação fiscal foi severa com o Estado e deve-se buscar excepcionais na governança. Com a palavra o Senhor Deputado Chicão Bulhões afirmou que o Legislativo e o Judiciário têm responsabilidade, também, em cortar seus custos, e é preciso gerenciar o mau uso do dinheiro. O Senhor Deputado Renan Ferreirinha solicitou dados oficiais de valores, do SIAFE, elogiou a equipe da UEZO. Com a palavra, o Senhor Deputado Waldeck Carneiro sugeriu agendar reunião para discutir vacâncias e pagamento de duodécimos, e o desativamento do PCCS. Antes de encerrar os trabalhos, o senhor Presidente fez os seguintes encaminhamentos: propôs 26/04 como data para a visita à UEZO, agendar reunião com o Conselho de Educação e comunicar a visita à UENF na próxima sexta-feira, dia 05/04. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a audiência, cuja ata vai assinada pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário. Sala 316 do Palácio Tiradentes, em dois de abril de dois mil e dezenove. (a) Deputado Waldeck Carneiro, Presidente; Marcelo Catarino Lima, Secretário mat. 201-591-5.

COMISSÃO DE SANEAMENTO AMBIENTAL

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às treze horas e quarenta e cinco minutos, na sala trezentos e dezesseis, do Palácio Tiradentes, reuniu-se a Comissão de Saneamento Ambiental, sob a presidência do Senhor Deputado Gustavo Schmidt e com a presença dos Senhores Deputados Lucinha, Vice-Presidente; Marina Rocha, membro efetivo e Márcio Canella e Carlo Caiado, membros suplentes deste órgão técnico. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a 1ª Reunião Extraordinária, conforme edital de convocação publicado no dia quatro de fevereiro de dois mil e vinte, agradeceu a presença dos Senhores Deputados e passou ao cumpri-

mento da pauta. Por entendimento dos Senhores Deputados, considerando a urgência do tema, o Senhor Presidente pôs de imediato em discussão a proposta de realização de audiência pública para a explanação do Presidente da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, Sr. Hélio Cabral, e debate com a sociedade civil, com a finalidade de obter esclarecimentos acerca do ocorrido com a água distribuída aos municípios atendidos pela Estação de Tratamento de Água do Guandu, com graves consequências para a população. Em discussão, o Senhor Presidente comunicou que, diante da gravidade da crise hídrica atual e do interesse de algumas comissões de participarem da referida audiência, a presidência deste Poder Legislativo disponibilizou o Plenário Barbosa Lima Sobrinho para a realização da mesma, no próximo dia onze de fevereiro, passando a ter caráter de Audiência Pública em conjunto com as Comissões de Segurança Alimentar; Defesa do Meio Ambiente; Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania; Economia, Indústria e Comércio, e de Política Urbana, Habitação e Assuntos Fundiários. Com a palavra, a Deputada Lucinha defendeu a importância do debate, comunicando que já estava na pauta da Comissão de Segurança Alimentar, da qual é presidente, deliberar sobre o tema. Após a declaração da Deputada Marina Rocha de apoio total à proposta em tela, o Senhor Presidente iniciou o devido processo de votação, sendo a mesma aprovada. Em seguida, devido à exiguidade do tempo restante, o Senhor Presidente adiou para a próxima reunião da Comissão, em data vindoura, o cumprimento dos demais pontos da pauta. Nada mais havendo a tratar e não havendo quem mais quisesse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião, da qual, para constar, eu, Lina Paula Costa Carneiro, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, seis de fevereiro de dois mil e vinte. (a) Lina Paula Costa Carneiro, Secretária, matrícula 200.932-2; (a) Deputado Gustavo Schmidt, Presidente.

COMISSÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR

ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às dez horas, no Auditório Senador Nelson Carneiro, Palácio 23 de Julho, reuniu-se a Comissão de Segurança Alimentar, com a presença dos Senhores Deputados Lucinha, Presidente; Mônica Francisco, Vice-Presidente; Alana Passos e Carlos Macedo, membros efetivos; e dos senhores Luiz Sergio de Azeredo Medeiros, José Fernando Cirne Silva, Cristianne Pereira Mendonça, Mônica Sobreira e Wellington Cariús Machado, todos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-Rio); Jaciara Borges Campaña, assessora do Deputado Luiz Paulo; e Daniela Pinaud, assessora do Deputado Flávio Serafini. Tomando assento, a Senhora Presidente abriu os trabalhos da 2ª Audiência Pública, conforme convocação por edital publicado em 13/06/2019. A seguir, a Senhora Presidente apresentou as boas-vindas a todos e comunicou que o objetivo da presente audiência é promover o debate sobre a realidade agrícola do Estado e sua relação com a segurança alimentar: desafios para a agricultura familiar. Após tecer diversos comentários a respeito da situação da agricultura familiar no Estado e sua relação com a segurança alimentar, a Senhora Presidente concedeu a palavra respectivamente ao Senhor Deputado Carlos Macedo, à Senhora Cristianne Mendonça, que fez uma apresentação com datashow sobre a EMATER e sua atuação no Estado do Rio de Janeiro; Senhores Mônica Sobreira e José Fernando Cirne Silva; Senhora Deputada Mônica Francisco; Senhora Cristianne Mendonça; Senhores Deputados Carlos Macedo e Alana Passos. A seguir os convidados passaram a responder diversos questionamentos feitos pelos Senhores Deputados a respeito do tema em pauta. Todas as falas foram entremeadas por comentários da Senhora Presidente e dos Senhores Deputados presentes. Finalizando, a Senhora Deputada Lucinha apresentou comentários finais, requereu informações adicionais aos presentes e disse que uma nova audiência pública será convocada para continuar o debate sobre o importante tema da agricultura familiar. Nada mais havendo a tratar, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos, lembrou que a transcrição completa desta audiência se encontra à disposição dos interessados na secretaria desta Comissão e suspendeu a audiência para que eu, Eduardo Vicente Egrejas, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida e aprovada, e segue assinada por mim e pela Senhora Presidente. Em seguida a audiência foi encerrada. Auditório Senador Nelson Carneiro, Palácio 23 de Julho, dezoito de junho de dois mil e dezenove. (a) Eduardo Vicente Egrejas, Secretário, mat. 201.604-6; (a) Deputada Lucinha, Presidente.

COMISSÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR

ATA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos catorze dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, às catorze horas, na sala 316 do Palácio Tiradentes, reuniu-se a Comissão de Segurança Alimentar, com a presença da Senhora Deputada Lucinha, Presidente; senhores Guilherme de Freitas Ewald Strauch, extensionista rural da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro; Rosani Ferraz de Araújo Staneck Torres, coordenadora de Organização Comunitária em Microbacias da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro; Katiana dos Santos Teléfora, coordenadora da área técnica de alimentação e nutrição da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro; Luiza Trabuco, superintendente de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro; Nelson José Palheta Menezes, assessor administrativo da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro; Andreia Bastos, coordenadora da gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro; Angelita dos Santos Nascimento, da União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), conselheira dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional do Município e do Estado do Rio de Janeiro; Aline Baptista de Araújo Silva, secretária administrativa do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-RJ); Maria Bernardete de Castro Montezano, da Rede Carioca de Agricultura Urbana e membro do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-Rio); Alicia Gonçalves de Araújo, conselheiro do CONSEA-RJ; Lorena Vieira Correa, Cristiana Baldi e Mariana Lima de Mesquita, todas da Associação dos Celiacos do Brasil (ACELBRA); Rinaldo Gonçalves Araújo, membro do CONSEA-RJ; Renata Machado, vice-presidente do CONSEA-RJ; Jurema Batista, secretária-geral do CONSEA-RJ; Mara Lúcia Argento Tinoco Bastos, assessora de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, membro do CONSEA-Rio; Daniela Frozi, membro do CONSEA Nacional; Valéria Christina Menezes de Oliveira, analista de Gestão e Saúde da Creche Albert Sabin; Flávia Ramos Guimarães e Carolina Burle de Niemeyer, tecnologistas em saúde da Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); Luiziane Teixeira de Carvalho, auditora do Ministério da Agricultura; Layze Rocha Cabido, mestranda da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Tais de Souza Lopes, docente do Instituto de Nutrição Josué de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Suellen Henriques da Silva, assistente de monitoramento e avaliação do Governo do Estado do Rio de Janeiro; Ana Clara Guinelle Teixedo, estudante da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Regina Maria de Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira, do Coletivo de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio de Janeiro; Euler José Pires Dantas, diretor de Comunicação da Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro - ABIO; Juliana Torquato Luiz, socióloga do GT de Políticas Públicas da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro; Madlene Maria Provençano do Outeiro, psicóloga do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ); Amanda da Silva Bastos de Oliveira, pós-graduada em Saúde Pública da Fiocruz; Lidiane Pinto de Melo, nutricionista do Instituto Nacional de Educação de Surdos; Luyanne Figueira da Silva e Rodrigo Marcelino da Silva, assessores parlamentares da Deputada Mônica Francisco; Maria de Lourdes Cruz Boils, membro do CONSEA-

RJ; Maria Isabel Vitorino, do Afoxé Raízes Africanas, presidente e conselheira do CONSEA Belford Roxo; e Ariel Costa Tozzi, do curso de Nanotecnologia e Biotecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tomando assento, a Senhora Presidente abriu os trabalhos da 3ª Audiência Pública, conforme convocação por edital publicado em 11/10/2019. A seguir, a Senhora Presidente apresentou as boas-vindas a todos e comunicou que o objetivo da presente audiência é promover o debate sobre a situação de segurança alimentar no Estado do Rio de Janeiro à luz do informe DHANA 2019 (Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas), elaborado pela Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas - FIAN Brasil. Após tecer diversos comentários a respeito do tema, a Senhora Presidente concedeu a palavra, respectivamente, aos senhores Renata Machado, Mariana Lima de Mesquita, que fez uma apresentação com Datashow sobre o informe DHANA 2019; Regina Maria de Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira, Rinaldo Gonçalves Araújo, Luiza Trabuco, Jurema Batista, Daniela Frozi, Angelita dos Santos Nascimento e Tais de Souza Lopes. Todas as falas foram entremeadas por partes e comentários da Senhora Deputada Lucinha. Finalizando, a Senhora Presidente apresentou comentários conclusivos sobre o tema da presente audiência. Nada mais havendo a tratar, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos, lembrou que a transcrição completa desta audiência se encontra à disposição dos interessados na secretaria desta Comissão e suspendeu a audiência para que eu, Eduardo Vicente Egrejas, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida e aprovada, e segue assinada por mim e pela Senhora Presidente. Em seguida a audiência foi encerrada. Sala das Comissões, catorze de outubro de dois mil e dezenove. (a) Eduardo Vicente Egrejas, Secretário, mat. 201.604-6; (a) Deputada Lucinha, Presidente.

COMISSÃO DE TRANSPORTES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, às onze horas, na sala 316, do Palácio Tiradentes, reuniu-se a Comissão de Transportes e a Comissão Especial para Acompanhar a Implantação do Novo Modelo de Governança da Região Metropolitana, nos Termos da Lei Complementar nº 184/18, de 27 de Dezembro de 2018, com a Presidência do Deputado Waldeck Carneiro, para Audiência Pública com o tema "Os Impactos do BRT Transbrasil na mobilidade urbana da Baixada Fluminense". Sua Excelência, o Presidente Deputado Waldeck Carneiro, declarou aberta a Audiência Pública, conforme convocação por edital publicado em seis de setembro de dois mil e dezenove. O Senhor Presidente solicitou que fosse publicada, na íntegra, a transcrição taquigráfica da presente Audiência. ENCERRAMENTO: A seguir, como não houvesse nada mais a tratar, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente suspendeu a reunião, para que eu, Viviane Nicolau de Sousa da Rocha, Secretária, matrícula 201.666-5, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a Ata lida, aprovada, tendo sido assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, em nove de setembro de dois mil e dezenove. (a) Viviane Nicolau de Sousa da Rocha - Secretária - Mat. 201.666-5; (a) Deputado Waldeck Carneiro - Presidente.

(Notas taquigráficas)

SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Boa tarde a todas, boa tarde a todos. Nós recebemos com prazer todos os senhores e as senhoras para esta Audiência Pública da Comissão Especial instituída para acompanhar a implantação do novo modelo de governança da Região Metropolitana, nos termos da Lei Complementar 184/2018. Sou o Deputado Waldeck Carneiro. Presido esta Comissão Especial. Aqui, à minha direita, o Deputado Luiz Paulo Correia da Rocha, vice-presidente da Comissão e o Deputado Eliomar Coelho, relator desta Comissão Especial.

Quero dizer que, na verdade, essa Audiência prolonga, por assim dizer, os debates que já entabulamos na semana passada, quando fizemos uma audiência sobre esse tema, porém buscando dialogar, um pouco mais de perto sobre a relação entre esta obra do BRT-Transbrasil e a obra da alça da Ponte Rio-Niterói e os impactos sobre os municípios, em especial do Leste fluminense. Hoje o foco recai sobre os impactos desta obra, do BRT Transbrasil, na mobilidade urbana dos municípios da Baixada Fluminense. Então, portanto, o foco principal hoje é a nossa Baixada, embora vários aspectos da discussão da semana passada certamente serão retomados no debate que faremos hoje aqui.

Da semana passada eu disse, e faço questão de fazê-lo muito brevemente, que a Comissão Especial busca cumprir um papel, enfim... já legislou, já legislou sobre o tema, a Assembleia já legislou sobre o tema em dezembro do ano passado. É uma matéria que veio aqui para Casa em 2015, como uma Mensagem do Poder Executivo, depois de cerca de três anos e meio de tramitação, foi a voto, virou a Lei Complementar 184/2018. Em seguida, a Assembleia decidiu avançar no seu papel, estabelecendo essa Comissão Especial para adotar procedimentos de monitoramento e de fiscalização da implantação do novo modelo consagrado em lei.

Além disso, também acabamos cumprindo um papel mediador, colocando em diálogo instituições, instâncias, municipalidades, poderes públicos, que nem sempre, pelas mais diferentes razões, têm oportunidade de se reunir em torno da mesma mesa e tratar de problemas que são comuns. É, por exemplo, o que ocorre quando nos debruçamos sobre questões que são claramente de abrangência metropolitana. É o caso desta obra, que embora se circunscreva física e geograficamente, no território do município do Rio de Janeiro, ela tem repercussão sobre vários outros municípios, sobre toda a Região, e é isso que a gente tem percebido ao tratar de vários temas que já não podem mais ser resolvidos por municípios isoladamente, já que não vivemos numa bolha, não tem um caráter, digamos, insular, como costumamos dizer, mas estão conectados, estão co-urbanizados e precisam dialogar sobre soluções, alternativas, projetos que têm impactos regionais. A Comissão Especial tem buscado enfatizar o seu trabalho em três áreas principais, que são o saneamento, a mobilidade e a habitação. E hoje, portanto, damos sequência a uma parte dos debates sobre a mobilidade, enfatizando a obra do BRT-Transbrasil e suas repercussões sobre a mobilidade na Baixada Fluminense.

Quero agradecer a presença, mais uma vez, do Sr. Eloi Faria, representando a Secretaria Municipal de Transporte do Rio de Janeiro. Obrigado pela sua presença mais uma vez na Audiência. Representando a Secretaria Estadual de Transporte, mais uma vez também a subsecretária Paula Azem. Tivemos na semana passada também a presença do Secretário Delmo Pinho. Já havia me prevenido que tinha uma outra agenda, mas é sim muito importante contar, como sempre, com a presença da Secretaria de Transportes. Também agradeço mais uma vez a presença do Sr. Maurício Knoploch, representando o Grupo Executivo de Governança de Gestão Metropolitana, que é, por assim dizer, é o embrião do Instituto Rio Metrópole. Também conosco mais uma vez, Henrique Silveira, presidente do Conselho Consultivo da Região Metropolitana, aqui entre nós. Quero agradecer também a presença de dois especialistas convidados: Vicente Loureiro, muito obrigado pela sua presença, que já interagiu conosco inúmeras vezes, dando uma importante contribuição para que a lei chegasse a esse texto final. As insuficiências são de nossa responsabilidade, mas os avanços contam muito com a contribuição do Vicente. E também Rômulo Orrico, da COPPE/UFRJ. Muito obrigado por sua presença. Se não me engano foi contemporâneo de mestrado do Luiz Paulo, não é isso?

O SR. LUIZ PAULO - Não. Não. Ele foi meu professor. Ele é muito velho. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - o Deputado Luiz Paulo fazendo o devido apontamento, mas colegas do programa de pós-graduação da COPPE. Enfim, obrigado Rômulo, por sua presença aqui.

Bom, há Prefeituras presentes aqui, não há? Por favor, estão registradas aqui? Onde estão? Ah, sim. Obrigado, fui fazendo a sequência dos registros, Secretaria Municipal de Transporte do Rio, já mencionei, mas agora, o Roberto Avoasse(?), seu assessor especial, obrigado por sua presença; Luiz Gustavo de Oliveira Barreto, também